

ADMINISTRAÇÃO RURAL: A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO NO DESENVOLVIMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS

RURAL ADMINISTRATION: THE IMPORTANCE OF MANAGEMENT IN THE DEVELOPMENT OF RURAL PROPERTIES

Rodolfo Viana Nunes¹

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEGM Passos)

Rafael Alvarenga²

Sabrina Santos Evangelista³

Tamara Costa Ferreira⁴

RESUMO: O presente artigo é um estudo regionalizado sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, e suas particularidades. O objetivo do trabalho é compreender o papel que o pequeno produtor rural desempenha dentro desse modelo de agricultura, bem como, as principais dificuldades e limitações no modo como administram suas propriedades. Propõe-se, assim, apresentar informações e analisar as características que compõe o perfil do produtor rural, com pesquisas bibliográficas em estudos que possuem a mesma abordagem. Na finalidade de contribuir para agricultura familiar, foi realizada pesquisa socioeconômica através da aplicação de questionário semiestruturado, em 2 bairros rurais do município de São João Batista do Glória, MG, com 10 entrevistados que responderam a 11 perguntas. Os resultados evidenciam a falta de recursos para investimentos que proporcionem maior eficiência na administração de suas propriedades. Além dos produtores não calcularem o custo de produção e não possuírem reserva para capital de giro. O artigo contribui em relação ao enquadramento dos produtores no perfil identificado como de abrangência da agricultura familiar no país.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Gestão rural. Desenvolvimento. Perfil do produtor rural.

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Passos); <https://orcid.org/0000-0003-3075-2177>; rodolfonunes@usp.br.

² rafael.pazeto@ufms.br

³ sabrinaevangelista123@hotmail.com

⁴ tamara_cfereira@hotmail.com

ABSTRACT: This article is a regionalized study on the development of family farming in Brazil, and its particularities. The objective of this work is to understand the role that the small rural producer plays within this model of agriculture, as well as the main difficulties and limitations in the way they manage their properties. Thus, it is proposed to present information and analyze the characteristics that make up the profile of the rural producer, with bibliographic research in studies that have the same approach. In order to contribute to family farming, a socioeconomic survey was carried out through the application of a semi-structured questionnaire, in 2 rural neighborhoods in the municipality of São João Batista do Glória, MG, with 10 respondents who answered 11 questions. The results show the lack of resources for investments that provide greater efficiency in the management of their properties. In addition, producers do not calculate the cost of production and do not have a working capital reserve. The article contributes in relation to the framing of producers in the profile identified as covering family farming in the country.

KEYWORDS: Family farming. Rural management. Development. Rural producer profile.

INTRODUÇÃO

O processo de gestão consiste no exercício de administrar, na propriedade rural, o modelo de gestão que ampara o produtor na execução de tarefas rotineiras e na tomada de decisões. Para tanto, a propriedade carece de ser vista e administrada como uma empresa, que necessita de retorno para sua continuidade e prosperidade. Pode-se dizer que o conceito de gestão se aplica perfeitamente à atividade agrícola familiar (SOUZA FILHO, 2004).

Se a administração é o conjunto de processos que engloba organização, planejamento, direção e controle dos recursos dispostos para obtenção dos objetivos, na administração rural, o enfoque é na gestão dos empreendimentos rurais, sejam eles de grande ou pequeno porte. Ao decorrer do tempo, é evidente a necessidade de os produtores rurais compreender as demandas do mercado e os acontecimentos que podem afetar seus negócios, para assim, investirem na gestão do seu empreendimento como forma de permanecer na atividade (SILVA, 2017).

Se os pequenos produtores rurais conhecessem o mercado e suas tendências, eles minimizariam as dificuldades de permanência no setor, pois a maioria possui conhecimento apenas técnico e não o de gestão (SOUZA FILHO, 2004).

O último censo agropecuário realizado em 2017 pelo IBGE, aponta que o Brasil possui 5 milhões de pequenas propriedades rurais. Os dados mostram que 20% dessas propriedades são geridas por casais. Em se tratando de nível de escolaridade, o censo mostra que 23% dos produtores não sabem ler e escrever, 14,2% possuem o nível básico de alfabetização, 43,4% frequentaram a escola até o nível fundamental, entretanto 66,5% desse total não concluíram o curso. Além disso, 15,5% nunca frequentaram a escola, comprovando que a falta de escolaridade é um fator agravante para que estes produtores possam buscar as melhores soluções para suas propriedades.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o agronegócio foi responsável por 26,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano de 2020, e cerca de 70% dos alimentos consumidos no país são oriundos da produção de pequenos e médios produtores, que ainda empregam em suas propriedades mais de 80% da mão de obra rural.

O trabalho visa compreender o perfil do pequeno produtor rural de São João Batista do Glória, MG, pois identificar quais os principais problemas enfrentados por eles, na direção de seu estabelecimento, com um estudo das principais dificuldades, relacionadas à gestão e à administração financeira vivenciada por eles, é crucial para o desenvolvimento da agricultura regional e a permanência deles no mercado.

Assim, o objetivo é conhecer as características dos produtores, para então, reconhecer como esse perfil afeta no seu modelo de gestão e corroborar com outros estudos que traçam as características fisiológicas e econômicas desse produtor, e a maneira como estão interligadas com a administração de suas propriedades.

O trabalho está dividido em 5 seções. A primeira é a introdução, que foi apresentada anteriormente. O referencial teórico é a segunda parte, onde serão apresentadas as bases conceituais e teóricas do trabalho. Na terceira parte, encontra-se a metodologia, compreendendo-se as técnicas que foram empregadas na pesquisa, e sua tipologia de classificação. O resultado e discussões é a quarta parte do trabalho, abordando as evidências que foram obtidas e a discussão sobre os achados. Por fim, tem-se a conclusão, que abrange as reflexões acerca dos resultados obtidos e as análises produzidas, além das limitações do trabalho.

REFERÊNCIAL TEORICO

Evolução do agronegócio

Entre os anos de 1975 e 2007, a história do agronegócio já era rica em lições, e as terras boas para culturas já haviam sido conquistadas, como por exemplo, as terras do Paraná e do Mato Grosso do Sul. A urbanização se encontrava acelerada, uma vez que a industrialização já possuía força no país. Os salários urbanos eram superiores aos da agricultura, e surgia um desafio, a saber: abastecer com comida barata a crescente população urbana e aumentar as exportações de produtos de origem agropecuária. Desde então, a agricultura vem se modernizando e desempenhando resultado satisfatório diante dos desafios enfrentados, com apoio da ciência e disponibilidade de insumos mais modernos (ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008).

Responsável por gerar um superávit na balança comercial, o agronegócio brasileiro vem sendo apresentado como o setor que mais contribui para o PIB, uma vez, que se destaca por ser o setor que mais exporta, que abastece os supermercados, e ao que se refere em produtos primários ainda não manufaturados. O Brasil possui um modelo de agricultura sustentável, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e é também pioneiro em apoio a programas de redução de emissão de gases de efeito estufa (BREITENBACH, 2014).

Na visão de Breitenbach (2014), existem várias realidades distintas no Brasil, algumas são mais promissoras e outras mais carentes, referindo-se a carentes o modo de recursos, conhecimento e tecnologia. O agronegócio, além de apresentar a produção agropecuária, aponta outros vários setores que estão ligados a ela, no aspecto rural, compreende a produção dentro das propriedades, que se mostra em potencial de crescimento, mas com necessidade de melhoria.

Agricultura familiar

Representando mais de 84% dos estabelecimentos agropecuários e concentrando mais de 74% do pessoal ocupado nos estabelecimentos brasileiros, a agricultura familiar abrange uma parcela importante da produção agropecuária no Brasil. Alimentos considerados essenciais para a mesa do brasileiro são provindos em sua grande maioria

da agricultura familiar, é o caso do leite de vaca, que corresponde a 58%, o feijão que equivale a 77%, além das carnes de porco e galinha, representando 59% e 51% respectivamente. Ademais, a agricultura familiar é responsável por boa parte da ocupação no campo e da distribuição de renda no meio rural (SAMBUICHI *et al. apud* MONASTEIRO; NERI; SOARES, 2014).

Porém, a elevada concentração fundiária, na qual a pluralidade de terras é de posse de poucas pessoas, apesar de sua importância social e econômica, a agricultura familiar ocupa apenas 24% das áreas dos estabelecimentos agropecuários, desta forma, mesmo sendo incumbida do fornecimento de alimento e geração de empregos, isto não se reflete na área ocupada. Existe, ainda, maior acúmulo de pobreza e pobreza extrema no meio rural, assim, ao promover o desenvolvimento da agricultura familiar, tem-se uma estratégia para redução de desigualdades e da pobreza no campo (SAMBUICHI *et al. apud* MONASTEIRO; NERI; SOARES, 2014).

Esse modelo de agricultura faz parte da história do Brasil e da própria humanidade. No entanto, devido ao desenvolvimento tecnológico do próprio setor, sua influência foi reduzida e o termo familiar passou a ser associado ao atraso e com pouca significância. O sistema familiar de produção foi colocado em um contexto socioeconômico delicado e próprio, uma vez que sua importância ganha força quando se é questionado o futuro das pessoas que vivem no campo (GUILHOTO *et al.*, 2006).

Por ser considerado um setor ainda muito desorganizado e incapaz de promover seus interesses, a agricultura familiar gera incerteza ao longo de sua existência. Haja vista que, na agropecuária, a junção de grupos que possuem convicções semelhantes é uma tarefa melindrosa, podendo ser também inviável. Tal dificuldade, acontece pelo fato de que o elevado número de unidades de produção rural é divergente em tamanho, tecnologia e capital, ocasionando um problema mais acentuado em propriedades de pequeno porte (SAMBUICHI *et al. apud* MONASTEIRO; NERI; SOARES, 2014).

Atividades de alta produtividade com custo aceitável, produtos com alta qualidade, agregação de valores pela agroindustrialização são exemplos positivos na agricultura. Todavia, a realidade de alguns produtores é outra, pois a baixa produção e escassez de recursos, a falta de informação ou utilização inadequada dela são fatores que vem ocasionando a migração de alguns produtores para a cidade, em busca de outras atividades, atingindo principalmente, produtores com baixa renda (BREITENBACH, 2014).

Para da Silva *et al.* (2020), com tantos agravantes e a crescente demanda por alimentos, o perfil do produtor rural molda-se para atender as necessidades de consumo, mesmo enfrentando as dificuldades do processo de migração para a zona urbana ou, até mesmo, o abandono de suas terras para trabalhar em grandes fazendas de agricultura ou pecuária. Essa nova representação exige práticas gerenciais voltadas à obtenção de resultados positivos em toda cadeia produtiva independentemente do seu tamanho.

Portanto, é papel do governo e da sociedade encontrar e promover medidas que possibilitem a manutenção da agricultura familiar, pois, se em algumas localidades associações cooperativas desenvolvem essa função, em outras regiões elas são totalmente inexistentes (GUILHOTO *et al.*, 2006).

Para promover o crescimento da produção agrícola familiar com sustentabilidade, será necessário reduzir as suas vulnerabilidades e também conciliar os aspectos econômicos, sociais e ambientais, de forma a manter a sustentação do seu desenvolvimento a longo prazo (SAMBUICHI *et al. apud* MONASTEIRO; NERI; SOARES, 2014).

Posteriormente a identificação da necessidade de melhoria nas relações públicas nesse setor, a princípio é preciso uma delimitação da sua amplitude na economia brasileira, para assim traçar linhas de alternativas que proporcionem sua estabilidade, com ênfase nas atividades que antecedem e sucedem a atividade agropecuária propriamente dita, por possuírem uma interdependência social, econômica e tecnológica (GUILHOTO *et al.*, 2006).

Administração e os desafios do pequeno produtor rural

A administração do capital de giro vem sendo reconhecida como área fundamental para garantir a estabilidade financeira nas empresas e o sucesso do empreendimento, assim, a qualidade das decisões que englobam o capital de giro é decorrente da capacidade do administrador de compreender o problema em toda sua extensão, bem como, deter conhecimento técnico para definir a melhor solução (ALMEIDA; ALMEIDA; ENES, 2007).

Consequentemente, administrar o capital de giro se tornou tarefa cotidiana nas empresas para garantir que os recursos sejam suficientes para permanecer operando, evitando interrupções indesejadas, além de estar diretamente ligada às decisões estratégicas, que envolvem as deliberações de curto prazo. Por estar relacionado ao desenvolvimento operacional da empresa, a administração do capital de giro trata de

ativos correntes, ou seja, dos recursos de curto prazo e a necessidade de investimento nesse capital depende principalmente do volume da atividade da empresa e seu ciclo financeiro, que é definido pelas características da natureza do negócio e da sazonalidade, determinando os giros das fases operacionais (ALMEIDA; ALMEIDA; ENES, 2007).

Conforme Cavalcante (2021), reconhecidos como empresários rurais, a maior preocupação dos produtores rurais é a saúde financeira de sua empresa, portanto, é crucial a liquidez dela, pois assim é possível mensurar o nível de eficiência com o qual os administradores estão utilizando os recursos captados pela empresa. Cabe ressaltar a constante necessidade de usar ferramentas que auxiliem no planejamento e no controle dos negócios, uma delas é o acompanhamento do fluxo de caixa, que quando utilizado corretamente gera informações sobre os melhores momentos para aplicações, investimentos, venda de imobilizados e aquisição de empréstimos. Ademais, a previsão de caixa serve para estimar a demanda de caixa para cumprir com as obrigações.

No entanto, o planejamento e o controle de gestão não é realidade na maioria das propriedades brasileiras. Em empreendimentos rurais tradicionais, a estrutura organizacional é familiar e a escolha do tipo de produção geralmente é baseada no histórico da família ou na região que está inserida. Além do mais, a tomada de decisão é rápida, porém sem nenhuma certeza, os equipamentos agrícolas são rudimentares e a produtividade tende a ser inferior à média, seja pela ausência de conhecimento ou de tecnologia. Como consequência, os resultados são sempre incertos e dependentes de condições climáticas e da política agrícola (NANTES; SCARPELLI *apud* BATALHA, 2021).

Para que técnicas de análise e gerência de empresas urbanas sejam aplicadas no meio rural é necessário adequações que considerem as particularidades e características das empresas rurais, eliminando a ocorrência de erros ao longo do processo de gestão. É o caso da agricultura e suas peculiaridades, que fazem total diferença no desempenho da empresa quando não são observadas e gerenciadas, tais como: a discrepância temporal entre o investimento e o retorno financeiro, variações do clima, perecibilidade dos produtos, preços favoráveis ou não, diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de desenvolvimento das atividades produtivas, baixa escala produtiva, oferta estacional de produtos e a distância entre o agricultor e o consumidor final (SILVA *et al.*, 2020).

No entanto, o número de estabelecimentos existentes no país que evidenciam maior desenvolvimento é reduzido. Esses estabelecimentos são denominados modernos, pois apresentam um equilíbrio entre os fatores de capacitação gerencial, adequação tecnológica e desempenho econômico, além da capacidade de encontrar alternativas perante as oscilações do mercado que são inerentes aos produtos agropecuários, em suma, é aquele que se encontra coordenado com o mercado consumidor (NANTES; SCARPELLI *apud* BATALHA, 2021).

Crédito rural

Desde 1993, durante a realização de um seminário no município de Chapecó, SC, promovido pelo Fórum Sul dos Rurais da Central Única dos Trabalhadores, o crédito rural já era apontado como a causa principal pela qual o movimento sindical iria lutar naquele momento (BIANCHINI, 2015).

De acordo com a Banco do Brasil (2004, n. p.), a partir de sua institucionalização em 1965, o Crédito Rural cumpre os seguintes objetivos:

- Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade;
- Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos agropecuários;
- Possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores, notadamente considerados ou classificados como pequenos e médios;
- Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo.

As principais linhas de crédito oferecidas pelo Banco do Brasil para agricultura familiar são: crédito para custeio agropecuário e crédito para investimento agropecuário (BANCO DO BRASIL, 2004). O crédito para custeio agropecuário é dividido em dois tipos custeios. O primeiro financia as despesas normais do ciclo de produção, e o segundo, as despesas normais do ciclo de produção.

Para o Banco do Brasil (2004), existem algumas linhas de crédito para investimento agropecuário: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (Pronaf) Agroindústria, cujo financiamento é para estruturas fixas ou semifixas, conduzidos por pessoas jurídicas ou físicas em regime familiar, para verticalização da produção; Pronaf Floresta, para financiar despesas para implantação de floresta; Pronaf Semiárido, que financia estruturas fixas ou semifixas para produtores enquadrados no mesmo; O Pronaf Mulher, para financiar esposas ou companheiras de produtores que se enquadram no Pronaf; e por último, o Pronaf Planta Brasil, que são financiamentos para produtores assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou beneficiários do Banco da Terra.

Em maio de 2021, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) divulgaram uma pesquisa realizada com 4.336 produtores, de 14 estados e 727 municípios, de 18 atividades agropecuárias, que foram questionados sobre as principais linhas de créditos que contratam e os motivos do não acesso ao crédito rural (CNA, 2021).

Na visão da CNA (2021), mais de 38% dos entrevistados nunca contrataram crédito rural, e apenas 26,6% contrataram crédito rural em 2020, concluindo, ainda, que quanto menor a faixa de renda, menor o acesso ao crédito. Para 83,8% dos respondentes, a principal fonte de financiamento foram os bancos, e 34,3% buscaram recursos em cooperativas de crédito.

A intenção de acesso ao crédito é maior para faixas de renda bruta anual mais elevadas, no entanto, são os produtores de menor faixa de renda que declaram ter mais necessidade de crédito para investimentos na Safra 2021/2022, o que engloba 67,1% dos produtores de renda anual bruta de até R\$100 mil (MAPA, 2021).

Dificuldades da Contratação de Linhas de Créditos Rurais

Conforme reportagem do Agrolink (2019), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mostrou que 59,93% dos entrevistados destacaram que o crédito rural é a demanda mais importante para o campo. Entretanto, mesmo com tanta demanda, o pequeno produtor rural enfrenta uma série de fatores que dificultam a contratação desse crédito. De acordo a pesquisa, as principais dificuldades no acesso ao crédito rural são: falta de informação, excesso de burocracia, demora na liberação do crédito e garantias exigidas.

[...] entre aqueles que já acessaram o crédito alguma vez, e precisaram, e não acessaram em 2020, 26,1% declararam que foram em função de dívidas anteriores, 21,6% por problemas com a documentação da propriedade, e 12,6% e razão do limite individual de crédito (MAPA, 2021).

A pesquisa ainda ressalta que a principal linha de crédito contratada pelos entrevistados e que atendeu mais de 40% dos produtores foi o Pronaf. Os participantes também apontaram como formas de facilitar o acesso ao crédito a simplificação de processos, clareza e orientações nas informações, regularização fundiária de alterações nas garantias exigidas, afinal, o produtor depende de avalistas e não pode fornecer sua propriedade como garantia.

METODOLOGIA

O presente trabalho aborda uma metodologia no âmbito de pesquisa descritiva, por se tratar de um intermediário entre a pesquisa explicativa e exploratória, uma vez que há a finalidade de identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos. Nessa tipologia de pesquisa, o objetivo é observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos, sem a interferência do pesquisador. Os dados coletados com base na pesquisa exploratória possuem o intuito de contribuir na identificação das relações existentes entre as variáveis abordadas de determinada população (BEUREN, 2008).

Quanto ao tipo de pesquisa em relação aos procedimentos, o trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvido com assistência de materiais já dispostos, sendo assim, foi possível a elaboração do trabalho reunindo publicações isoladas em livros, artigos científicos, revistas, monografias, entre outros, conferindo-os uma nova leitura (BEUREN, 2008).

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, de tal forma que os métodos qualitativos e quantitativos são utilizados, conseguindo trazer assim uma análise de pesquisa mais profunda. A utilização deste método acarreta uma pesquisa com um aumento de validações de informações.

O questionário aplicado contou com onze questões relacionadas ao perfil de gestão de dez produtores rurais, localizados nos bairros rurais de Capetinga e Esmeril, no município de São João Batista do Glória, MG.

No entendimento dos autores da Silva *et al.* (2020), as entrevistas realizadas seguem uma sequência de perguntas predeterminadas, nas quais o entrevistador em cada entrevista deverá seguir a mesma sequência e conduzir do mesmo modo a entrevista, o que possibilita que as respostas de diferentes entrevistados sejam comparadas.

O estudo

O município de São João Batista do Glória, conhecido popularmente como Glória, está localizado no interior de Minas Gerais. Muito famoso pelo seu turismo, suas cachoeiras e a receptividade da população com os visitantes. Nele, há uma predominância de pequenas propriedades rurais, integradas quase sempre por famílias que, na maioria dos casos, são também a mão de obra da propriedade. A principal atividade econômica rural no município é a pecuária leiteira.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021), o município conta com 7.541 habitantes. Em 2019, a renda média mensal dos trabalhadores formais era de 1,7 salários-mínimos e a proporção de população ocupada era de 13,4%.

O questionário para o estudo tem 11 questões, e foi aplicado em pequenos produtores rurais do município, nos dias 22, 23, 24 e 25 de outubro de 2021. Foram 10 o número de entrevistados, sendo 90% homens e apenas uma mulher, com idade superior a 30 anos. Os dados mostram que 40% possuem nível médio de escolaridade e 60% completaram apenas o ensino fundamental. Ambos os dados são evidenciados no último levantamento realizado pelo IBGE (2017), relacionado ao nível de escolaridade dos pequenos produtores rurais. As perguntas do questionário foram todas estruturadas no formato dicotômicas de sim/não, e estão apresentadas no QUADRO 1.

QUADRO 1

Questionário

Questão	Sim %	Não %
Mão de obra é 100% familiar		
Precisam de mão de obra externa		
Trabalhadores familiares possuem salário fixo		
O custo de produção é calculado		
Busca orientações para melhorar a produção		
Controla o consumo familiar de produtos produzidos na Propriedade		
Sabe da existência de crédito para agricultura familiar		
Possui empréstimo		
Sabem o que é capital de giro		
Possuem capital de giro		
Reinvestem na propriedade		

Fonte: Adaptado de SILVA *et al.*, 2020.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Os dados utilizados nas análises foram decorrentes da aplicação de questionário, criado pelos autores e todos resultados apresentados seguem com veracidade às respostas dos entrevistados. Os entrevistados foram nove homens e uma mulher, segundo informações coletadas um possuía idade de 35 anos, dois dos entrevistados possuem idade de 55 anos, outro possuía 58 anos, e dois acima de 60 anos, um com 63 e outro com 72 anos. A mulher tinha 54 anos e os demais homens possuíam 57 anos. Tais dados foram colhidos de forma indireta, sem trazer as perguntas, apenas com o intuito de colher mais informações relativas ao perfil dos entrevistados.

Resultados Socioeconômicos

Abaixo seguem os GRAF. 1, GRAF. 2 e GRAF. 3 com cada questão aplicada, apresentando os resultados da pesquisa realizada com as análises correspondentes e, quando encontradas, observações acerca dos resultados de estudos obtidos por outros autores que realizaram estudos nesta mesma linha de pesquisa.

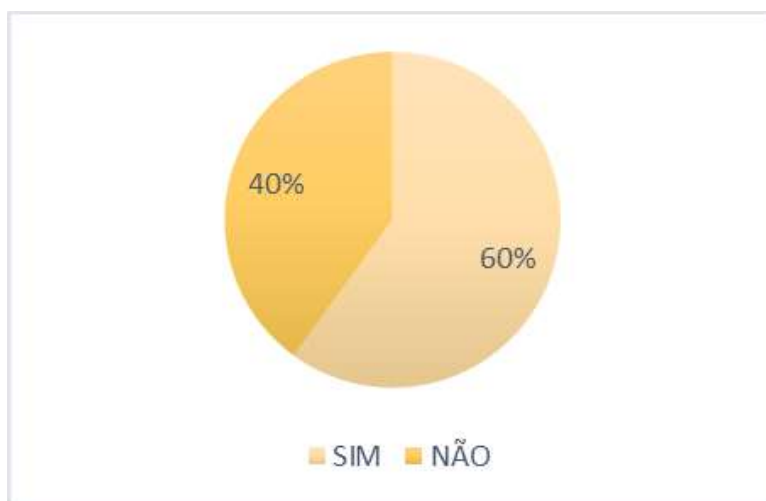


GRÁFICO 1 – Mão de obra é 100% familiar
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.



GRÁFICO 2 – Precisam de mão de obra externa
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

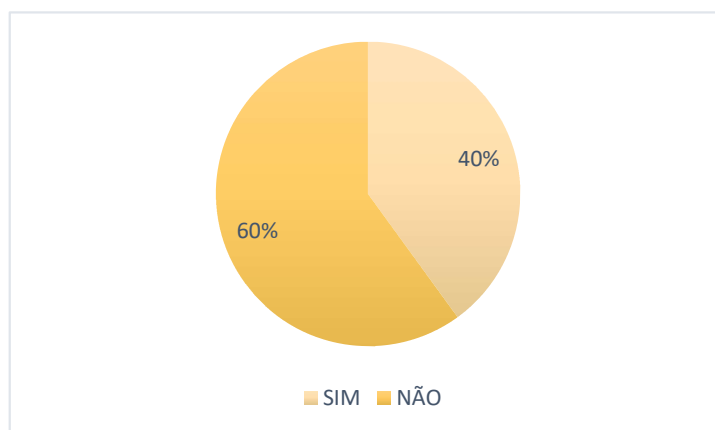


GRÁFICO 3 – Trabalhadores familiares possuem salário fixo
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

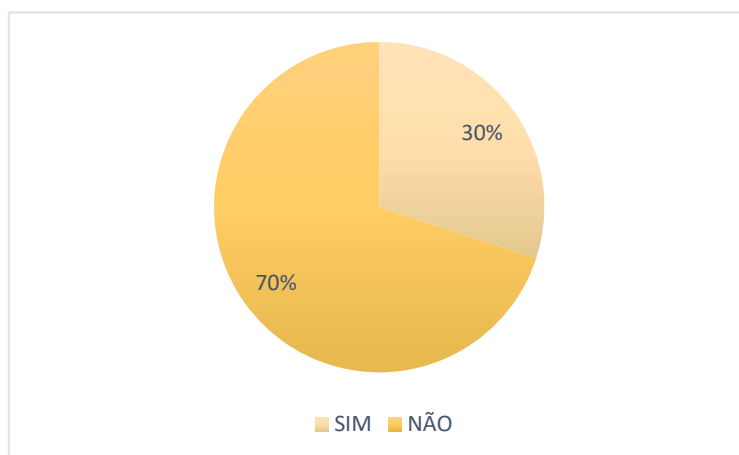


GRÁFICO 4 – O custo de produção é calculado
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Na análise dos gráficos, é possível notar que na grande maioria dos estabelecimentos rurais consultados, a mão de obra é familiar, correspondendo a 80% do total de entrevistados, e que apenas 30% necessitam, em algum momento, de mão de obra externa. Além disso, os 40% de trabalhadores que possuem salário fixo corroboram para destacar o modo como as propriedades são geridas. Tais dados reafirmam a conclusão dos autores Silva *et al.* (2020), de que a multiplicidade das empresas rurais existentes no Brasil é dirigida por membros de uma mesma família, caracterizando-as como uma empresa familiar.

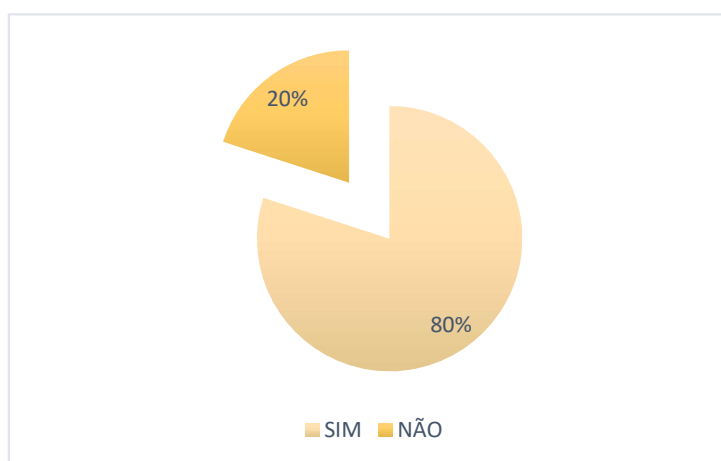


GRÁFICO 5 – Busca orientações para melhorar a produção
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

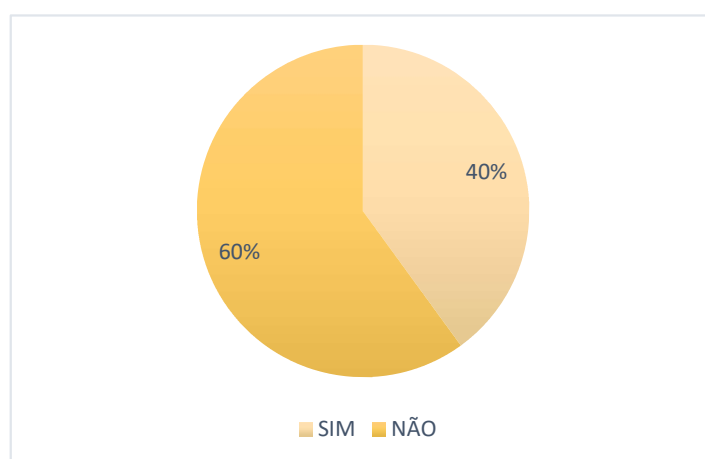


GRÁFICO 6 – Controla o consumo familiar de produtos produzidos na propriedade
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Nos GRAF. 5 e 6, os produtores respondentes ressaltaram a dificuldade para calcular o custo de produção, portanto, somente 30% alegaram conseguir fazer base de seus gastos. Para eles, a maior dificuldade encontrada é estimar as perdas, para assim, conseguir minimizá-las. Um total de 40% afirmou procurar o sindicato rural, que é o órgão responsável pela organização dos produtores da cidade, quando necessitam de informações e orientações. O número de entrevistados que não controlam o consumo da família, dos alimentos produzidos na propriedade, que no caso é de 80%, salienta a falta de organização nas pequenas propriedades, assunto abordado no trabalho.

Os resultados demonstram que a ausência de cálculos de produção e a falta de procura por informações que possam auxiliar nessa atividade são constantes em pequenas propriedades rurais. A importância de realizar ambas as operações, é ressaltada por Silva (2017), que afirma que o planejamento e o controle de produção possuem o objetivo de coordenar as atividades da ação produtiva, de modo a considerar as necessidades do consumidor, para assim, combinar o fornecimento de bens e serviços com sua demanda.



GRÁFICO 7 – Sabe da existência de crédito para agricultura familiar
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

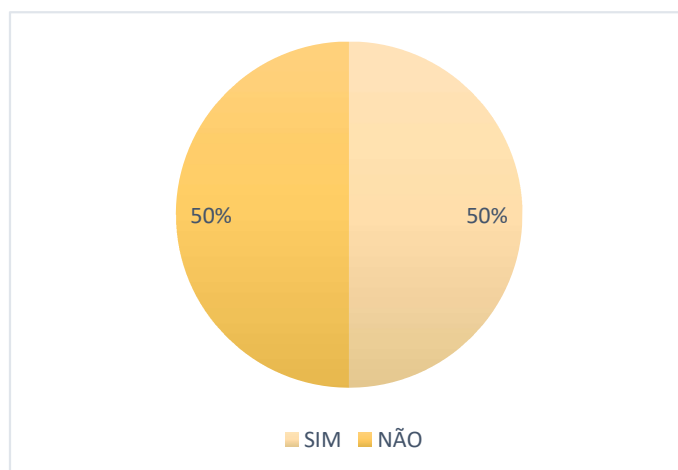


GRÁFICO 8 – Possui empréstimo
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

De acordo com os GRÁF. 7 e 8, todos os produtores consultados sabem da existência de linhas de crédito, mas apenas metade já contratou algum tipo de empréstimo, isso porque, segundo eles, a burocracia para acesso ao crédito é um fator muito agravante, e as informações não são dadas com muita clareza pelos responsáveis nas instituições financeiras.

Condizente com os resultados demonstrados nos GRÁF. 7 e 8, é notável que atualmente ainda existam fatores dificultadores na contratação de crédito rural, porém eles não se assemelham ao grau de dificuldade evidenciadas por Guanziroli (2007), que afirma que o Pronaf surgiu numa época em que os principais problemas enfrentados pelos produtores rurais eram justamente a escassez de crédito.

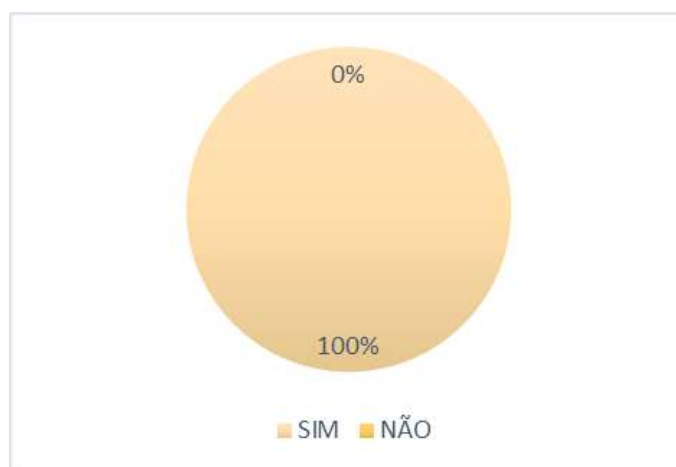


GRÁFICO 9 – Sabem o que é capital de giro
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

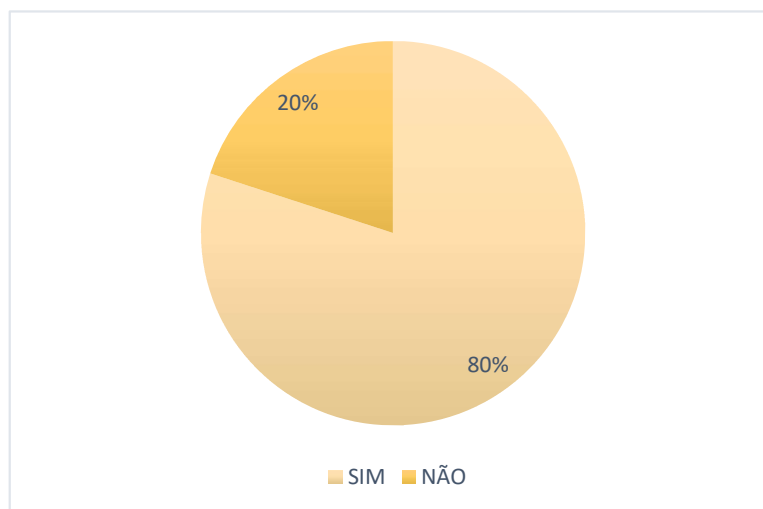


GRÁFICO 10 – Possuem capital de giro
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

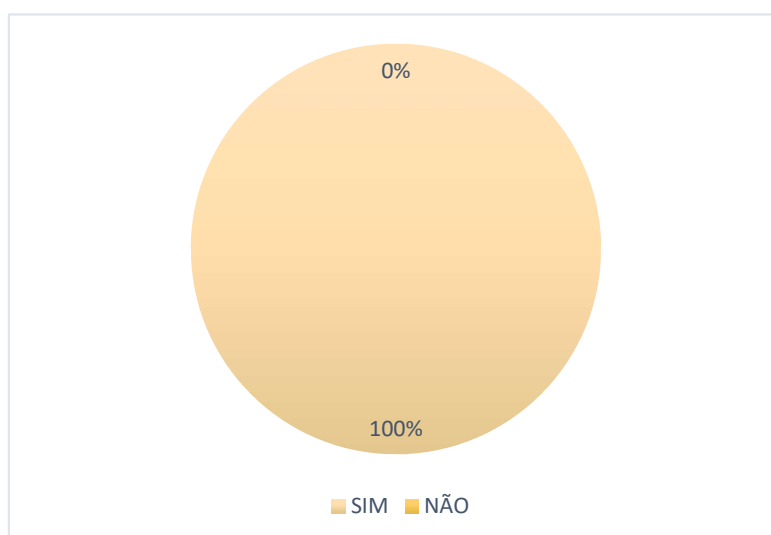


GRÁFICO 11 – Reinvestem na propriedade
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Os dados demonstrados nos GRÁF. 9, 10 e 11 mostram que o crédito rural é crucial para a manutenção da vida no campo, afirmação que é ressaltada por todos os respondentes e pelos 60% que responderam não possuir capital de giro, além disso a totalidade diz usar boa parte dos seus ganhos para reinvestir na propriedade.

CONCLUSÃO

Mediante o exposto, a pesquisa esboçou a importância da agricultura familiar para o agronegócio brasileiro, salientando como o pequeno produtor rural é parte fundamental para o desenvolvimento desse setor. A princípio, fez-se uma abordagem na identificação da personalidade do produtor e em como suas particularidades interferem no método de gestão de suas propriedades.

O objetivo de atrair atenção para uma das principais fontes de renda na nossa região e os questionamentos acerca da efetividade da agricultura familiar no processo de desenvolvimento do agronegócio serviram de embasamento para o presente trabalho, principalmente, porque nos dias atuais, esse modelo de agricultura ainda é considerado por muitos ultrapassado e insignificante no que tange à economia do país, desconsiderando o fato de corresponder significativamente para o abastecimento de alimentos classificados como essenciais na alimentação da população.

Decorrente do acúmulo de pobreza e pobreza extrema no meio rural, a amplificação da agricultura familiar em virtude de promover a manutenção e o desenvolvimento da vida no campo se torna uma preocupação essencial para a sociedade como um todo, para que ocorra a redução das desigualdades, evitando consequentemente o êxodo rural e aumentando a geração de empregos.

No decorrer do estudo, desenvolveu-se um reconhecimento das principais dificuldades socioeconômicas presentes no cotidiano do pequeno produtor rural, uma vez que ficou evidenciada a falta de recursos para investimento em bem materiais, mão de obra e ferramentas de gestão que proporcionem maior eficiência na administração das suas propriedades, ressaltando a proeminência do governo em estabelecer medidas que auxiliem os produtores nessa questão, além de facilitar as já existentes, como a contratação do crédito rural.

Perante as informações coletadas no trabalho, na tentativa de contribuir para o conhecimento das características eminentes da maioria dos produtores rurais e diante das respostas, identificamos que grande parte dos estabelecimentos é gerida por homens, de idade superior a 30 anos, com pouca escolaridade, que praticam uma administração com o mínimo ou nenhum auxílio de ferramentas gerenciais, predominando os meios tradicionais de tomada de decisão. Além de que, notou-se que a maioria das propriedades

são compostas por integrantes da mesma família que exercem todas as atividades rurais da propriedade. São poucas as propriedades que contam com a ajuda de mão de obra externa para realização de suas tarefas.

No que tange à área de finanças, mais da metade dos entrevistados afirmou não calcular o custo de produção e não buscar orientações para melhorar a propriedade. Todos os produtores são cientes da existência de linhas de crédito rural, mas apenas a metade dos entrevistados possuem algum tipo de empréstimo. Observou-se, também, que os entrevistados sabem o significado de capital de giro, porém quase todos não são possuintes de tal capital, além disso, os consultados enfatizaram que usam seus ganhos para reinvestimento na propriedade.

Contudo, destacou-se grande dificuldade em encontrar estudos científicos que retratam as dificuldades de contratação de crédito rural. Sugerimos que possamos dispor futuramente de mais estudos voltados para a gestão de pequenas propriedades rurais, que possam contribuir com exemplos de ferramentas de contabilidade que auxiliem o produtor no cálculo de produção e nas práticas gerenciais.

REFERÊNCIAS

AGRO LINK. **Crédito rural é a demanda mais importante do agro**. Pesquisa, 2019. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/credito-rural-e-a-demanda-mais-importante-do-agro--diz-pesquisa_418061.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ALMEIDA, P. L. P.; ALMEIDA, S. F.; ENES, C. G. Um estudo sobre a gestão do capital de giro: o caso da cooperativa Agropecuária do Cariri Ltda. SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, IV. **Anais**. Resende, RJ, 2007.

ALVES, E.; CONTINI, E.; GASQUES, J. Evolução da produção e produtividade da agricultura brasileira. In: ALBUQUERQUE, A. C. S.; SILVA, A. G. da (Eds.). **Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, v. 13, n. 4, p. 4-17, 2004.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do Pronaf, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

BREITENBACH, R. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. **Desafio**, v. 2, n. 2, p. 141-159, 2014.

CAVALCANTE, D. A importância do fluxo de caixa no controle financeiro da atividade rural. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 6, n. 4, p. 212-243, 2021.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. **Síntese do plano agrícola e pecuário 2021/2022**. Publicações. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/artigos-tecnicos/sintese-do-plano-agricola-e-pecuario-2021-2022>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

GUILHOTO, J. J. *et al.* A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, n. 3, p. 355-382, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agro 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **São João Batista do Glória**. Cidades. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-batista-do-gloria/panorama>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Plano safra 21/22**. Política Agrícola. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2021-2022>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. Elementos de gestão na produção rural. In: BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão agroindustrial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. In: MONASTEIRO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. **Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas**. v. 2. São Paulo: IPEA 2014.

SILVA, E. C. G. *et al.* Estudo das Teorias da Administração na Gestão de Pequenas Propriedades Rurais. **Caderno Profissional de Administração da Unimep**, v. 9, n. 1, p. 239-257, 2020.

SILVA, S. A. D. A importância da Gestão nas Pequenas Propriedades Rurais. **Revista Acadêmica Conecta Fasf**, v. 2, n. 1, p. 272-285, 2017.

SOUZA FILHO, H. M. (Org.). **Guia para gestão da propriedade agrícola familiar**. Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Carlos: UFSCar, 2004.